



OE 2018 tem de antecipar novas políticas da habitação



Reis Campos

Na passada semana ouvimos o Senhor Primeiro Ministro, no debate quinzenal, na Assembleia da República, reafirmar a importância da habitação, como área prioritária nas políticas públicas. Apresentou um conjunto de medidas integradas, designadas por “Nova Geração de Políticas da Habitação”. É muito positivo que tenha feito, pois consideramos imprescindível a definição de uma política estratégica, que assuma o espaço urbano nas suas múltiplas dimensões, como polo de crescimento e centro mobilizador do conhecimento, da ciência, da cultura e do lazer, sem descurar as questões de natureza social.

Estão em causa problemas como a habitação social e a definição de metodologias de combate à pobreza e

exclusão social, mas, também, a necessidade de ver no imobiliário a oportunidade que o mesmo representa para o turismo, para o comércio, para a indústria e logística, entre muitas outras atividades. É esta resposta, suficientemente ampla, que, neste momento se exige. É uma questão transversal e intemporal que reclama

um posicionamento do Governo, das autarquias locais e instituições reguladoras, bem como de todos os partidos políticos e, de igual modo, de entidades privadas, como é o caso das instituições financeiras, que permita ver na habitação um tema central do debate social, económico e político.

Se este é um desafio para o futuro,

é fundamental que o Governo não se esqueça das necessidades imediatas, às quais, a bem do desenvolvimento económico, da criação de emprego e da coesão social e territorial, tem de corresponder. A Lei do Orçamento do Estado para 2018, cuja proposta é apresentada na próxima sexta-feira, constitui o momento adequado para lhes dar resposta. Se o investimento público, que se encontra a níveis de há 30 anos atrás, tem de ser relançado, designadamente, pela concretização dos projetos estruturantes que foram pensados numa ótica de crescimento e de competitividade e que foram amplamente consensualizados - o PETI3+ -, o investimento privado, que tem constituído o principal fator dinamizador de Portugal, tem de ser potenciado. Neste âmbito, é indiscutível o papel que o imobiliário tem desempenhado.

Recordo que os dados do PIB relativos ao segundo trimestre, revelaram um crescimento de 2,9%, facto que foi reconhecido como muito positivo. Mas note-se que o Investimento em Construção e Imobiliário foi responsável por praticamente um quarto (24,4%) desse crescimento. A exemplo do que se passa na generalidade das economias europeias, o contributo estruturante do setor é uma realidade incontornável e não pode ser ignorado.

Porém, para garantir a sustentabilidade desta recuperação e o adequado aproveitamento do bom momento que o País atravessa, é necessário promover um quadro de estabilidade, sendo que a Lei do Orçamento do Estado desempenha um papel preponderante nesta matéria.

Assegurar a equidade e a estabilidade fiscal, garantir a eficácia dos programas de captação de investidores estrangeiros, como é o caso do Programa dos Vistos Gold, e dinamizar a reabilitação urbana são vetores essenciais, já para o OE'2018.

Presidente da CPCI - Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário

Se o investimento público, que se encontra a níveis de há 30 anos atrás, tem de ser relançado, designadamente o PETI3+, o investimento privado, que tem constituído o principal fator dinamizador de Portugal, tem de ser potenciado